



PL./0219.7/2017

PROJETO DE LEI Nº

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES DO BAIRRO QUINTA DOS AÇORIANOS.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Quinta dos Açorianos, com sede no Município de Barra Velha.

Art. 2º à entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III – certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV – balancete contábil.

V – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
38ª Sessão de 29/06/17
Às Comissões de:
(5) JUSTIÇA
(14) TRABALHO
Secretário



JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores do Bairro Quinta dos Açorianos, localizada no Município de Barra Velha, fundada em 20 de janeiro de 2001, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.827.479/0001-58, sendo um órgão representativo da comunidade.

A Associação exerce atividades para contribuir com a promoção integral da pessoa humana, despertando a consciência dos direitos e deveres do cidadão, em clima de harmonia e respeito, realizando estudos e levantamento gerais sócio-econômicos da comunidade, implementar ações visando a melhoria das condições de vida da comunidade, promover e difundir a cultura através de círculos de estudos, cursos, conferências e ensino de alfabetização e profissionalização e promover por meios administrativos ou judiciais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la de interesse público.

Sala das sessões em,

Deputada Ana Paula Lima